

Isolar doente mental não é uma atitude sã

ROSANA ONOCKO-CAMPOS

Ser assediado por vozes, ter o corpo invadido em seus orifícios mais íntimos, sentir que o próprio corpo já não lhe pertence, não saber como eliminar essas sensações e sentir-se indefeso e impotente em relação a elas... Assim relatam suas experiências pessoas diagnosticadas dentro do espectro das psicoses.

A loucura espanta a humanidade há séculos, e episódios como o da morte de Eduardo Coutinho nos lembram o porquê. A sociedade tem buscado formas de afastá-la de si como a uma assombração: nau dos loucos, asilos, reclusão domiciliar foram amplamente experimentadas. Desde o início do século XX, as formas de segregação e encerramento dos doentes mentais foram sendo substituídas no mundo ocidental por novas formas de cuidado que buscam o convívio na comunidade e a reinserção social

dos outrora excluídos. O advento dos psicotrópicos trouxe alívio para alguns sintomas e facilitou o manejo de muitos casos, porém não resolveu a questão.

A política de saúde mental brasileira se insere nessa vasta tradição. Tem sido uma política de Estado desde os anos 90, sustentada por vários governos. Não é a invenção de uns poucos aloprados desinformados e não científicos.

Organizações dos próprios usuários (que escolheram se chamar sobreviventes da psiquiatria no mundo anglo-saxão!) têm chamado a atenção para a importância de estratégias terapêuticas inclusivas e serviços orientados para o *recovery*. Para eles, *recovery* não implica a volta a um estado pré-mórbido, nem exige a completa remissão dos sintomas, senão a

retomada da vida social, a possibilidade de sentir-se útil e de a vida ter algum sentido.

Quando acontecem passagens ao ato tão dramáticas quanto a que vitimou o grande cineasta Coutinho, não raro alçam-se vozes clamando pela volta das formas fechadas de tratamento, como recentemente reivindicou o poeta Ferreira Gullar. Apesar de a sensibilidade ser a matéria-prima dos artistas, ela não os coloca em posição privilegiada para profereir julgamentos sobre a melhor forma de tratar as doen-

ças mentais. Os asilos para doentes mentais remanescentes no Brasil em nada se parecem a lindas clínicas com salas de leitura, como afirma Gullar. Eles mais bem são pocilgas, onde a taxa de mortalidade supera em muito a esperada, e têm sido motivo para o Brasil ser processa-

A loucura espanta a humanidade há séculos, e episódios como a morte de Eduardo Coutinho nos lembram o porquê

RODRIGO CONSTANTINO

Tudo pela narrativa

Prezado leitor, espero encontrá-lo antes da quinta cerveja neste feriado carnavalesco. O tema é importante e preciso de sua atenção. Depois da leitura você pode voltar a focar nos desfiles. Talvez até precise, para relaxar um pouco...

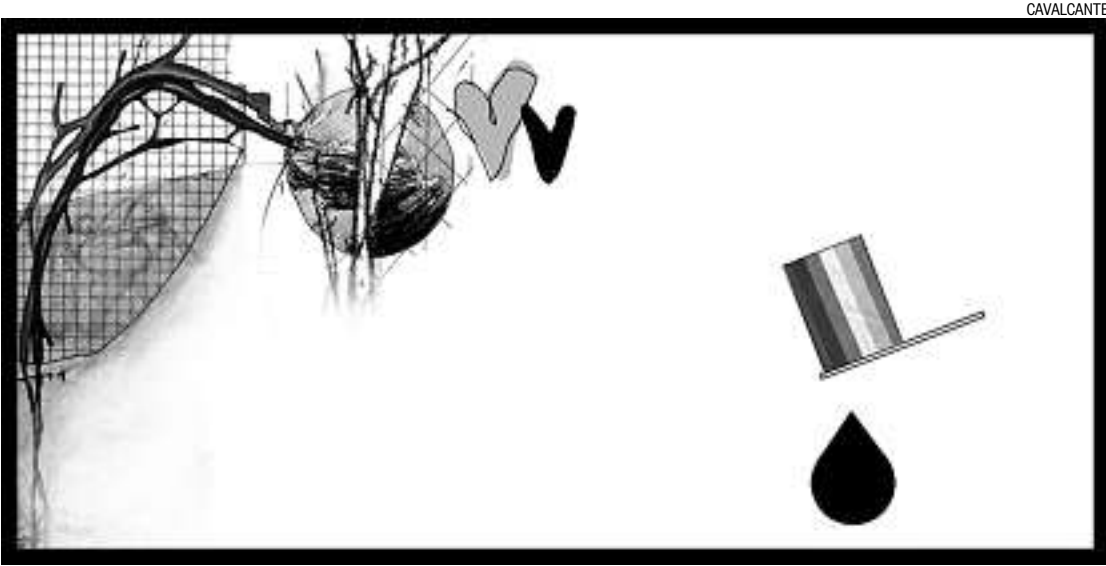
O que tenho a dizer de tão sério? Não, eu não pretendo falar da conjuntura, do crescimento medíocre, da inflação alta, do risco de o PT transformar o Brasil em uma nova Venezuela, ou algo do tipo. Seria depressivo demais para a ocasião. Vou falar de algo mais estrutural, de uma tendência mundial que vem destruindo importantes valores ocidentais nas últimas décadas.

Falo da vitimização das “minorias”, que atende aos interesses de grupos organizados e atenta contra a justiça. Tudo que acontece deve passar pelo filtro ideológico dessa turma, para que possa pintar o homem branco judeu ou cristão como o maior vilão que a humanidade já teve.

Como poderíamos explicar o ensurdecedor silêncio do movimento gay em relação às novas leis na Uganda, que tornam a homossexualidade crime grave? A África é o continente mais homofóbico do mundo, mas não merece uma palavra de repúdio de Jean Wyllys? A triste verdade é que condenar os africanos pela homofobia não ajuda na narrativa de minorias vítimas do “imperialista” branco do Ocidente. Há inclusive o risco de choque entre minorias: os racistas poderiam alegar racismo contra qualquer crítica direcionada à África.

Os impasses das “minorias” não param por aí. A feminista, por exemplo, deve se colocar do lado da “minoria” islâmica contra o Ocidente, ou do lado das mulheres marginalizadas em várias culturas islâmicas? Os negros devem apoiar os regimes africanos ou condenar a escravidão vigente ainda hoje no continente, sem participação alguma de brancos?

Os ambientalistas, que encontraram no ecoterrorismo uma forma nova de condenar o capitalismo, devem aplaudir regimes socialistas, que sempre poluíram muito mais em termos relativos ao que é produzido? São dilemas que tirariam o sono dos “coletivistas do bem”, caso tivessem consciência para ficar pesada. A menor minoria de todas é o indivíduo. Por isso, os liberais colocam a ênfase nele, independentemente de “raça”, credo, gênero ou incli-



nação sexual. Mas isso incomoda todo tipo de coletivista que fala em nome de alguma “minoria”.

O ministro da Ética e da Integração de Uganda perguntou: “Eles ficariam confortáveis se fossemos para os Estados Unidos e começássemos a praticar a poligamia? A homossexualidade é estranha para nós e a poligamia é estranha para vocês. Temos visões divergentes.” Como um típico multiculturalista responderia a isso? Esse não é exatamente o tipo de discurso que os multiculturalistas usam para defender atrocidades em culturas diferentes, tais como a mutilação genital feminina dos muçulmanos e o infanticídio indígena, e negar qualquer superioridade ocidental?

As feministas cospem no Ocidente, que seria machista, e ignoram as culturas em que as mulheres realmente são cidadãs de segunda classe. Os ativistas gays cospem no Ocidente, que seria homofóbico, e ignoram as culturas em que os gays chegam a morrer por sua “preferência” sexual. Os militantes negros cospem no Ocidente, que seria racista, e ignoram as culturas em que os negros vivem ainda como escravos de outros negros.

Qual a lógica disso? Como sair desse impasse? Defender o multiculturalismo ou condenar o atraso africano em relação aos gays? Defender o multiculturalismo ou condenar o atraso islâmico em relação

às mulheres? Defender o multiculturalismo ou condenar o atraso africano em relação à democracia? É tudo culpa dos homens brancos ocidentais?

Onde, senão no próprio Ocidente, as mulheres, os gays, os negros e os ateus encontram ampla liberdade? Mas a realidade não serve à causa da vitimização das “minorias” no próprio Ocidente. Por isso costuma ser tão ignorada.

Vejam, como último exemplo, o caso do ator negro Vinicius Romão, que foi preso injustamente ao ser confundido com o ladrão pela própria vítima do assalto. Logo os oportunistas de plantão apontaram o dedo: racismo! Mas ele mesmo já rejeitou essa análise. Para desespero dos militantes, tratou-se de uma infeliz confusão.

O perfil do bandido era parecido com o seu, ou seja, a copeira roubada, cuja cor a imprensa nunca mostra (por que será?), simplesmente se enganou. Nada a ver com racismo. Não importa. Basta encaixar na narrativa das “minorias” exploradas pelo homem branco malvado. O resto é detalhe. Quem liga para os fatos? É tudo pela narrativa...

E agora pode voltar para sua folia. Bom carnaval! ●

Rodrigo Constantino é economista e presidente do Instituto Liberal

ILAN GOLDFAJN

Para onde vai o desemprego?

Não é comum ter desemprego baixo numa economia fraca. Em geral, a desaceleração da economia contamina o mercado de trabalho, pelo menos depois de um tempo. Mas nos últimos anos no Brasil o PIB tem crescido ao redor de 2%, enquanto o desemprego continuou caindo para 5%. É importante. Afinal, o desemprego tem relevância única para a sociedade. Na economia, afeta o poder de compra e o consumo, sem falar na sua contribuição para a produção. Nas pesquisas de bem-estar figura como determinante. Por isso, é crucial na política, pois pode decidir eleições. Mas o que explica esse aparente paradoxo entre crescimento e desemprego? Qual é a consequência para a economia?

Apesar do desemprego baixo, o crescimento mais fraco do PIB afetou o mercado de trabalho, pelo menos na criação de empregos. A quantidade total de trabalhadores (população ocupada) caiu 0,1% em janeiro em relação ao mesmo mês do ano passado. Essa taxa de crescimento anual alcançou 2,1%, em média, em 2011 e 2012, e em torno de 3,0% no período entre 2006 e 2008, antes da crise financeira mundial.

O paradoxo é que, não obstante a menor criação de emprego, o desemprego permaneceu baixo. Uma explicação importante são as mudanças demográficas. Há menos trabalhadores disponíveis para a economia. A razão é simples: se a população cresce menos, o número de trabalhadores disponíveis para a economia também diminui. Na faixa etária de 20 a 59 anos, grupo que forma grande parte da força de trabalho, a desaceleração do crescimento passou de 2% ao ano (2004-2008) para 1,4% ao ano (2009-2013). No fim da década, esperamos expansão de apenas 0,7%. Uma queda e tanto.

Mas a dinâmica demográfica explica apenas uma parte da queda da População Econômica-

mente Ativa (PEA) e do desemprego baixo. Ocorre que mesmo pessoas em idade ativa estão desistindo de trabalhar. De 2012 a 2013, a média de inativos entre os jovens de 18 a 24 anos subiu de 1,58 milhão para 1,62 milhão, uma alta de 47 mil. Pode parecer pouco, mas não é, quando consideramos que a população nessa faixa etária diminuiu em 115 mil nesse período.

A desaceleração das contratações provavelmente explica parte da queda na taxa de participação dos jovens na economia. Diante das taxas mais baixas de crescimento econômico, uma parcela da população em idade ativa desistiu de procurar emprego. Desde 2012, houve aumento de 8.700 jovens na situação “nem-nem”, que não trabalham, não procuram emprego e nem estudam (os números referem-se às seis regiões metropolitanas da PME/IBGE).

A boa notícia é que a grande maioria dos jovens que desistiu de trabalhar (82% do total, 38.700) desde 2012 está estudando. Esses jovens devem voltar no futuro ao mercado de trabalho, espera-se que mais qualificados e produtivos, o que será benéfico para a economia. Mas isso não é imediato, pois quem está estudando em geral demora mais para voltar ao mercado de trabalho.

Um fator que pode ter contribuído para a redução da participação desses jovens no mercado de trabalho é o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), um programa do governo para a educação superior. O número de matrículas no Fies, que era de 50 mil por ano, em média, entre 1999 e 2009, saltou para 556 mil em 2013.

Na verdade, o Fies pode potencializar o efeito da desaceleração da economia na procura por trabalho. Com condições mais fáceis e menor custo para conseguir financiamento dos estudos, um enfraquecimento da economia que reduz as opções no

mercado de trabalho pode levar os estudantes a optar por estudar mais.

Quais as consequências desse fatores para a economia?

Na última década, a forte expansão do mercado de trabalho foi possível, em grande parte, pela existência de ociosidade de mão de obra. Havia pessoas disponíveis para trabalhar em abundância, o que permitiu o emprego crescer a taxas elevadas durante o ciclo recente de expansão econômica. Contudo, com a taxa de desemprego em níveis historicamente baixos, associada a um baixo crescimento do número de jovens em idade de trabalhar, esse processo mostra sinais de esgotamento. De fato, começam a surgir restrições à expansão da economia advindas das condições do mercado de trabalho.

Sem imigração ou aumento relevante da produtividade do trabalho (ou seja, produzir mais com o mesmo número de trabalhadores), haverá falta de mão de obra e menor contribuição do trabalho para o crescimento. A força de trabalho já tem contribuído menos para a expansão do PIB (de 1 ponto percentual entre 2004 e 2008 para 0,6% nos próximos anos).

A atual falta de ganhos de produtividade está aumentando os custos da economia, tornando-a menos competitiva. A solução para a frente é mais fácil de diagnosticar do que de implementar. É necessário aumentar a produtividade da economia através de mais investimento (inclusive infraestrutura) e educação. A boa notícia é que uma parte dos jovens está adiando a entrada no mercado para estudar mais. ●

Ilan Goldfajn é economista-chefe e sócio do Itaú Unibanco

do na Corte Internacional de Direitos Humanos.

Em muitos episódios dolorosos como o de Coutinho, constata-se a ausência de diagnóstico e/ou tratamento. Mais que clamar pela volta do encerramento (que contraria todas as recomendações internacionais de boas práticas clínicas) deveríamos chamar a atenção para a importância do acesso ao tratamento por meio da ampliação e qualificação da rede territorial de serviços substitutivos: *recovery oriented*. Que eles venham substituir definitivamente as formas asilares de afastamento da loucura. E os artistas, que venham nos acudir com sua arte única forma de exorcizar o espanto. Não precisamos de seus conselhos clínicos e, sim, do seu blime contato com a beleza. ●

Rosana Onocko-Campos é professora da Unicamp e membro da Associação Brasileira de Saúde Coletiva

N. da R.: Hoje, excepcionalmente, José Casado não escreve.

Dois países e o petróleo

MARCIO BALTHAZAR E PAULA BARBOSA

As recentes mudanças regulatórias no setor de energia no México ensejam maior participação privada e visam a aprimorar a atuação da Pemex, para quem a Petrobras já foi referência. Avaliar as trajetórias das duas estatais revela as direções opostas sendo adotadas.

Os dois países compartilham movimentos pendulares de intervenção estatal no setor de petróleo. Há 75 anos, o México fez uma opção pelo controle estatal sobre a indústria petrolífera. No Brasil, o movimento “O petróleo é nosso” marcou a criação da Petrobras nos anos 50. As duas iniciativas visavam a concentrar junto ao poder central as atividades ligadas à produção de hidrocarbonetos.

Enquanto a Pemex manteve-se como braço da política oficial, a Petrobras, a partir da quebra do monopólio, ganhou projeção internacional junto à indústria com recordes sucessivos na exploração e produção em águas profundas.

Em 2004, a produção mexicana atingiu o ápice de 3,4 milhões de barris por dia (Mb/d), declinando até 2,5 Mb/d em 2012, devido à falta de investimento e à defasagem tecnológica. No mesmo período, a produção de petróleo nos EUA cresceu 40% para 7,7 Mb/d. As perdas de produção e receitas — relevantes para o equilíbrio fiscal do país — aliadas à comparação com a atividade petrolífera no Texas levaram o presidente Peña Nieto em dezembro 2013 a apresentar à Câmara proposta radical e urgente de reformulação

regulatória a fim de atrair o investimento privado e voltar a crescer.

O Brasil trilhou caminho semelhante com o fim do monopólio em 1997. A atração de capitais privados trouxe um círculo virtuoso de desenvolvimento e inovação tecnológica.

Formou-se uma nova e extensa cadeia de suprimentos a apoiar a atividade industrial. As reservas cresceram 60%, entre 2002 e 2013, e a produção, notáveis 146% entre 1997 e 2013, para 2,1 Mb/d. As ações da Petrobras passaram a ser negociadas no exterior com interesse, um reconhecimento à excelência e à transparência na governança.

No entanto, a partir de 2010, a interferência do governo na gestão da Petrobras, sobretudo nas decisões de investimento e de preços de combustíveis, levaram a companhia a perdas acentuadas, ao aumento do endividamento e ao olhar desconfiado do investidor.

Em sentido inverso, o processo de abertura proposto no México parece mirar-se nos caminhos já trilhados pelo Brasil no passado. Essa comparação é feita por investidores através de suas opções. Recentemente, o ministro do Comércio do Reino Unido, Ian Livingston, declarou que “as mudanças permitirão (...) que o México ganhe terreno e atratividade na América Latina, sobretudo frente ao Brasil, onde se concentravam os investimentos”.

Para recuperar a vanguarda que já deteve na indústria do petróleo e que fez dela uma corporação de excelência, referência inclusive para a Pemex, a Petrobras precisará retomar os padrões de governança corporativa e independência que a notabilizaram no passado. Governo federal, agências reguladoras e organismos de planejamento deverão contribuir também. ●

Marcio Balthazar é sócio da consultoria NatGas Economics e Paula Barbosa é consultora de petróleo, gás e energia